

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.561 - SC (2019/0311535-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ROLANDO ARNOLD**
ADVOGADOS : **FELIPE JOSÉ RAMOS TEXEIRA - SC037788**
: **WILLIAN LEONARDO DA SILVA - SC038396**
RECORRIDO : **ROGÉRIO MUGGE**
RECORRIDO : **JONAS MUGGE**
RECORRIDO : **MIRIAN MUGGE**
ADVOGADO : **JOICI LAIDE VOGEL UHLENDORF - SC040814**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA REGRA GERAL DO § 2º DO ART. 85 DO CPC/2015.

1. A Segunda Seção desta Corte Superior pacificou o entendimento de que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa. O § 8º do art. 85, por sua vez, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo. Precedente: (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

2. Caso concreto em que, seguindo-se a ordem de gradação contida no § 2º do art. 85 do CPC de 2015 e verificando tratar-se, na origem, de ação de interdito proibitório julgada extinta sem resolução do mérito, ressoa inequívoco que o valor atualizado da causa deve ser utilizado como base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência.

3. Recurso especial provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ROLANDO ARNOLD, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 485, VI, DO CPC). RECURSO DO RÉU. DEFENDIDA A READEQUAÇÃO DO PARÂMETRO UTILIZADO EM PRIMEIRO GRAU PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS E A CONSEQUENTE MAJORAÇÃO DA VERBA. INSUBSISTÊNCIA. FIXAÇÃO POR APRECIACÃO EQUITATIVA, RESERVADA PARA AS HIPÓTESES DE ARBITRAMENTO DO ESTIPÊNDIO ADVOCATÍCIO FUNDADO NO PROVEITO ECONÔMICO INESTIMÁVEL IRRISÓRIO OU VALOR DA CAUSA MUITO BAIXO, OU AINDA, EXCEPCIONALMENTE, NA HIPÓTESE DE VALOR EXORBITANTE DECORRENTE DA APLICAÇÃO DESSES CRITÉRIOS (ART. 85, § 8º, DO CPC). LIDE EXTINTA PREMATURAMENTE (13 DIAS DE DURAÇÃO). INEXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO PRINCIPAL OU PROVEITO ECONÔMICO. VALOR DA CAUSA QUE ACARRETARIA EM VERBA HONORÁRIA DEMASIADAMENTE ALTA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM VALOR CERTO. MEDIDA CÔNSONE COM A NORMA DE REGÊNCIA E AS NUANCES DO CASO CONCRETO. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 85, §§2º e 8º, do CPC/2015, arguindo, em síntese, que os honorários advocatícios devem ser fixados em percentual não inferior a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente atualizado. Afirma que o art. 85, §8º, do CPC é uma exceção à regra, que deverá, tão somente, ser aplicada quando a causa expressar valor inestimável, proveito econômico irrisório ou, valor da causa de pouca monta, o que não é o caso dos autos.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 192.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 201-203).

É o relatório. Decido.

2. No que se refere aos honorários advocatícios de sucumbência, a Corte de origem consignou (fls. 155-160):

"Trata-se de recurso de apelação interposto por Rolando Arnold contra sentença que, em "ação de interdito proibitório", contra si opostos por Jonas Mugge, Rogério Mugge e Mirian Mugge, extingui o feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, condenando os autores ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

[...]

É de se notar que o legislador, no respectivo § 2º, estabeleceu ao julgador uma ordem preferencial de bases de cálculo para a fixação dos

honorários advocatícios, ou seja, (i) em primeiro lugar deve adotar o valor da condenação, (ii) acaso inexistente, segue com o proveito econômico obtido, se for o caso, e, por último, (iii) adotará o montante atualizado da causa, regramento este aplicável "independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito", nos termos do §6º do mesmo art. 85 da Lei Instrumental Civil.

No supramencionado § 8º, por sua vez, a lei processual somente relativizou a aplicação dos referidos critérios quando inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

[...]

Portanto, na hipótese vertente, considerando a ausência de condenação ou a visualização de proveito econômico, poderia-se concluir pela valoração da verba honorária advocatícia adotando-se os percentuais de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), na forma do §2º do art. 85 do CPC, tendo como base de cálculo o valor atualizado da causa, definido pelo Juízo a quo em R\$ 431.000,00 (quatrocentos e trinta e um mil reais), de acordo com a decisão de fl. 30, não recorrida.

Contudo, há questão de grande relevância a ser ponderada.

Perlustrando os autos, extrai-se que a ação foi ajuizada em 3.1.2018, sobrevivendo a sentença de extinção no dia 15.1.2018, ou seja, teve curta duração em primeiro grau - somente 13 (treze) dias.

Não obstante, segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, "a minoração dos honorários, por meio da interpretação extensiva do artigo 85, § 8º, do NCPC, com a adoção da apreciação equitativa, em detrimento do escalonamento pré-determinado, é medida excepcional, podendo ser adotada tão somente quando o valor dos honorários advocatícios obtidos pelo método legal mostrar-se demasiadamente exorbitante, considerando-se a complexidade da causa, o trabalho desenvolvido, o tempo de tramitação e o local da prestação dos serviços, gerando enriquecimento sem causa. Tal entendimento não destoia do recente julgado proferido pela Segunda Turma desta Corte, no REsp 1.789.913/DF, de relatoria do Min. Herman Benjamin, que, em situação semelhante ao dos autos, seguiu a orientação de que a regra do art. 85, § 8º, do CPC/2015 deve ser interpretada de acordo com a reiterada jurisprudência do STJ que se consolidou de que o juízo equitativo é aplicável tanto na hipótese em que a verba honorária se revela ínfima como excessiva" (Agravado em Recurso Especial n. 1.453.551/SP, Rel. Min. Og Fernandes, j. 9-4-2019 - destacou-se).

Com efeito, no presente caso, tendo em vista a extinção muito prematura da ação, repisa-se, com duração de apenas 13 (treze) dias, impõe-se reconhecer o caráter "demasiadamente exorbitante" da verba honorária caso fixados no patamar mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, pois alcançaria o montante de R\$ 43.100,00 (quarenta e três mil e cem reais).

Nessa esteira, forçoso manter o critério admitido em primeiro grau (apreciação equitativa - regra do art. 85, § 8º, do CPC), remanescendo escorreita a fixação dos honorários advocatícios no importe de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Ressalta-se que o quantum arbitrado considerou (a) o grau de zelo do causídico do demandado, o qual desempenhou adequadamente a função para a qual foi contratado, comparecendo aos autos pelo petitório de fls. 79-82 requerendo a extinção do feito, acolhido pela Juíza de origem, (b) o lugar de prestação do serviço (Trombudo Central/SC - situado a cerca de 17 quilômetros de onde se encontra o escritório do procurador do apelante - Braço do Trombudo - fl. 20 do apenso), (c) a tramitação dos autos em processo digital, (d) a baixa complexidade da causa, (e) a importância econômica da demanda e, principalmente, (f) o tempo de duração do processo no primeiro grau (treze dias)."

Nesse contexto, importa consignar que o julgado estadual encontra-se em confronto com a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte Superior, que pacificou o entendimento de que § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa.

O § 8º do art. 85, por sua vez, transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

Veja:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019) - g.n.

A propósito, segue trecho do voto vencedor do Ministro Raul Araújo no referido julgado:

"Logo, em face de redação tão expressiva, a conclusão lógica é a de que o § 2º do art. 85 do CPC de 2015 **veicula a regra geral e obrigatória de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20%: (I) do valor da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa.**

Nessa ordem de ideias, o Código de Processo Civil relegou ao § 8º do art. 85 a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou (II) for muito baixo o valor da causa.

Assim, em regra: a) os honorários devem ser fixados com base no valor da condenação; b) não havendo condenação ou não sendo possível valer-se da condenação, utiliza-se (b.1) o proveito econômico obtido pelo vencedor ou, como última hipótese, (b.2) recorre-se ao valor da causa.

A aplicação da norma subsidiária do art. 85, § 8º, verdadeiro "soldado de reserva", como classificam alguns, somente será cogitada na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo dispositivo.

Assim, a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do art. 85, § 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no § 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado.

[...]

Todavia, para os efeitos da interpretação dos assinalados dispositivos, parece ser nítida a intenção do legislador em correlacionar a expressão inestimável valor econômico somente para as causas em que não se vislumbra benefício patrimonial imediato, como, por exemplo, nas causas de estado e de direito de família (NERY JUNIOR, Nelson. *Código de processo civil comentado*, 16. ed. 2016, p. 478).

A propósito, Plácido e Silva atribui ao termo inestimável os seguintes significados:

INESTIMÁVEL. Derivado do latim *inaestimabilis* (inapreciável, que não pode ser apreciado), é empregado, na linguagem jurídica, para mostrar a qualidade de certas coisas que não podem ser submetidas a uma avaliação ou não podem ser tidas por um preço, porque não se mostram em condições de ser apreciadas economicamente. A inestimabilidade (condição de inestimável) não quer exprimir a rigor a desprezibilidade da coisa. Quer significar que não pode, com exatidão, com um sentido econômico, ter uma avaliação ou estimação, pois que não se tem uma medida, por onde se faça a operação, que lhe imputaria ou atribuiria um certo valor, como se procederia no caso de coisas que se possam avaliar, em face de sua realidade ou de seu aspecto econômico. Na técnica processual, consideram-se inestimáveis as ações referentes ao estado e à capacidade da pessoa. E isto porque não se encontram nelas elementos materiais ou de ordem econômica, pelos quais se possa compor um valor monetário, em virtude do qual se tenha a medida de seu preço ou de seu custo."

(SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico, 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 429)

Desse modo, no caso em apreço, diante da existência de norma jurídica expressa no Novo Código (CPC, art. 85, § 2º), concorde-se ou não, descabe a incidência dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, ou mesmo a aplicação, por analogia, do § 3º do mesmo dispositivo.

De fato, quanto ao art. 85, § 3º, o Código de Processo Civil, julgando ser conveniente, expressamente introduziu fator de moderação dos honorários advocatícios devidos apenas em relação à Fazenda Pública, omitindo-se em relação às causas havidas entre particulares, o que impõe a interpretação sistemática do novo Diploma processual de modo a se resguardar sua coerência." (g.n.)

Desse modo, na presente hipótese, é inaplicável o parágrafo 8º do art. 85 do CPC/2015, mormente por não se tratar de proveito econômico "inestimável" ou "irrisório", tampouco de causa cujo valor seja muito baixo (art. 85, § 2º, CPC/2015).

Nesse sentido, seguem precedentes recentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL -
DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO
RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDANTE.

1. Nos termos do § 6º do artigo 85 do CPC/15, "Os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito" como in casu. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1475603/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 30/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS.
OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E BASES DE CÁLCULO DO ART.
85, § 2º, DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO A
QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais é devida, mesmo em casos de extinção do processo sem resolução do mérito, mediante a verificação da sucumbência e aplicação do princípio da causalidade. Precedentes.

2. A jurisprudência firmada na Segunda Seção desta eg. Corte é no sentido de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados, em regra, com observância dos limites percentuais e da ordem de gradação da base de cálculo estabelecida pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015, inclusive nas demandas julgadas improcedentes ou extintas sem resolução do mérito, sendo subsidiária a aplicação do art. 85, § 8º, do CPC/2015, apenas possível na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo dispositivo (REsp 1.746.072/PR, Rel. p/ acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe de 29/3/2019).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1326333/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 05/06/2019)

No caso concreto, seguindo-se a ordem de gradação contida no parágrafo 2º do art. 85 do CPC de 2015 e verificando tratar-se, na origem, de ação de interdito proibitório julgada extinta sem resolução do mérito, ressoa inequívoco que o valor atualizado da causa deve ser utilizado como base de cálculo dos honorários advocatícios de sucumbência.

3. Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator